

## 35° Encontro Internacional de Audiologia

### FÓRUM – AUDIÇÃO NA CRIANÇA

#### TEMA - EU FIZ O TESTE DA ORELHINHA... E VOCÊ?

Coordenadoras: Doris Ruthy Lewis

Palestrantes: Claudia Regina Charles Taccolini Manzoni; Doris Ruthy Lewis; Elaine Soares Monteiro Pinto

Relatora: Mabel Gonçalves Almeida

Em 25 de novembro de 2020, às 09:00 horas no horário oficial de Brasília, iniciou-se o fórum com o tema EU FIZ O TESTE DA ORELHINHA... E VOCÊ? apresentado por meio online pela plataforma ZOOM.

Profa. Dóris Lewis, coordenadora do fórum, apresenta os palestrantes convidados e informa a participação permanente no fórum da fga. Elaine Soares Pinto, representante da GATANU.

A profa. Dóris inicia sua apresentação informando sobre as ações da COMUSA; dentre as quais está previsto a certificação dos locais onde são realizadas a triagem auditiva com o objetivo de melhorar as práticas em triagem auditiva. Reforça que a certificação não será uma fiscalização. Informa também que o COMUSA produzirá recomendações sobre os procedimentos e protocolos para realização da triagem auditiva.

A palestrante apresenta, então, as recomendações de práticas na TAN, a saber:

1. Realização de Emissões Otoacústicas automáticas para as crianças de Alojamento Conjunto (AC), independente se a mesma apresenta Indicador de Risco para Deficiência Auditiva (IRDA) ou não. Essa recomendação é explicada pela palestrante pelo fato de que as EOAs são mais sensíveis para identificar perdas leves. O Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico - Automático (PEATE-A) pode ser utilizado, no segundo momento, nos serviços que apresentam o protocolo de duas etapas antes da alta hospitalar.
2. É reforçado que não deve ser utilizado testagens múltiplas para a triagem auditiva. No AC, realizar apenas duas tentativas de teste, devendo os mesmos serem realizados em momentos diferentes e com qualidade (ou seja, em condição ideal). Já no reteste, realizar apenas uma tentativa, devendo também ser garantida a qualidade do teste.
3. Realização de EOAs e PEATE-A, conjuntamente, para os bebês internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).
4. As crianças da UTIN que falharem na TAN, devem ser encaminhadas diretamente para a avaliação diagnóstica.
5. É recomendado a realização da TAN próximo a alta hospitalar.
6. O retorno para reteste deve ser realizado entre 15 e 30 dias após a alta hospitalar, independentemente se o Recém-Nascido (RN), apresenta ou não IRDA.
7. A triagem auditiva ambulatorial deve ser realizada até o primeiro mês de vida.
8. Todas as crianças devem ser monitoradas auditivamente.

9. Os RN que ficaram internados na UTIN e passaram no PEATE-a, mas falharam nas EOAs devem receber monitoramento auditivo por volta de 7 a 9 meses de vida.
10. É recomendado seguir as orientações do Joint Comittee Infant Hearing (2019) no que diz respeito ao tempo indicado para realizar o monitoramento auditivo. Ou seja, com quantos meses após a realização da triagem auditiva, deve ser realizado o monitoramento.
11. O diagnóstico audiológico deve ser realizado imediatamente após a identificação da perda auditiva, ou seja, após a falha no processo de triagem auditiva.
12. É recomendado a utilização dos procedimentos eletrofisiológicos e eletroacústicos para o diagnóstico audiológico por meio de PEATE com estímulo clique para pesquisa de integridade de via auditiva e diagnósticos diferencial de alteração retrococlear, PEATE por frequência específica por via aérea e via óssea, Emissões otoacústicas por estímulo transiente e produto de distorção; timpanometria; potencial evocado de estado estável por via aérea e via óssea utilizando as devidas correções. Os estímulos da família *chirp* e a timpanometria de banda larga podem ser utilizados, quando aplicado as correções e normatizações necessárias.
13. Recomendação de identificação da perda auditiva até o primeiro mês de vida, diagnóstico audiológico até os três meses e intervenção até os seis meses.
14. É recomendada a utilização de banco de dados e busca ativa organizada.

A palestrante reforça que os IRDAs foram mantidos e reflete sobre a importância de que antes de se iniciar o programa de triagem auditiva, seja estabelecido o fluxo de todos o processo, incluindo o de encaminhamento para intervenção.

Nesse momento, é colocado a importância da aproximação com o Ministério da Saúde, do apoio da comunidade, dos pais e dos serviços de saúde para que essas metas sejam alcançadas, bem como a necessidade de capacitação profissional envolvendo pediatras e atenção primária.

Às 09h20m, a Dra. Cláudia Regina Charles Taccolini Manzoni, iniciou a apresentação de sua palestra intitulada “Dados de cobertura da TAN”, conceituando o termo “cobertura” e explanando sobre as dificuldades e desafios para alcançar a cobertura no território nacional. Relata que os dados de cobertura são advindos principalmente dos serviços do SUS e das instituições filantrópicas, observando-se ainda uma dificuldade de obter dados dos serviços privados. É relatado uma distribuição não -uniforme da cobertura de TAN no país, sendo maior a cobertura no sudeste e menor no nordeste. São apresentados artigos publicados em 2014 e 2017 que mostraram um aumento na taxa de cobertura da TAN. Em seguida é discutido um artigo que avalia a cobertura da TAN mundialmente e que traz os dados da cobertura nacional estando entre 1 a 9% entre 2010-2015. A Dra. Cláudia reforça a importância de analisar esses dados com cautela uma vez que as informações enviadas não condizem com a realidade das informações para o SUS, por exemplo. Profa. Dóris reforça que esses dados estão subestimados.

Às 09h28m, a Dra. Elaine Soares Monteiro Pinto, iniciou a apresentação de sua palestra intitulada “Recomendações do COMUSA: Intervenção fonoaudiológica”. A fala é iniciada com a importância de trazer a GATANU para a ABA e para esse fórum.

É ressaltando a importância da orientação à familiar em relação aos centros de referências e as possibilidades de abordagens terapêuticas. Reforça a importância da terapia centrada na família e que toda as ações terapêuticas devem acontecer em parceria com a família e voltada para as habilidades auditivas.

Recomenda que a intervenção seja iniciada até os seis meses de idade, e elenca as etapas essenciais para o sucesso da intervenção com aparelhos de amplificação sonora, a saber:

1. Acolhimento e orientação à família, importante para a adesão ao processo; 2. Adaptação da Prótese auditiva selecionada – recomendando a de silicone e em hélix; 3. processos de Verificação; 4. e processos de Validação do aparelho.

Dra. Elaine faz recomendações para a seleção e adaptação da prótese auditiva nessa faixa etária: 1. A utilização da compressão dinâmica ou WDRC; 2. O uso da norma prescritiva DSL V5 pediátrico; 3. Utilização de 4 a 7 bandas de frequências; além da programação de múltiplos programas e do uso de microfones omnidirecionais. Ressalta que não é recomendado a utilização de algorítmicos de redução digital de ruído.

No que se refere à verificação, a Dra. Elaine reforça que essa etapa é obrigatória e deve ser avaliado o ganho e saída máxima do aparelho, devendo ser utilizado o RECD como fator de correção para essa faixa etária. Recomenda ainda a importância de realizar procedimentos de observação comportamental em resposta ao sinal amplificado fornecido pela prótese. Reforça que na validação é realizado a observação do comportamento auditivo por meio de uma avaliação fonoaudiológica sistematizada.

Logo após o encerramento da apresentação da Dra. Elaine, abre-se para as perguntas, havendo retorno positivo dos presentes com as palestrantes respondendo aos questionamentos. No entanto, não são apresentados novas sugestões e novos debates.

Finalizando a apresentação, as palestrantes ressaltam a importância da construção de um banco de dados dos serviços de triagem auditiva, tanto no âmbito do SUS quanto do privado. É ressaltado a importância de uma atuação militante dos profissionais para alcançar a cobertura total da TAN, a importância do empoderamento familiar e protagonismo, a importância de uma maior integração das sociedades científicas com o ministério da Saúde, incentivam uma maior participação da fonoaudiologia e dos profissionais que trabalham com a TAN nos encontros de saúde das instâncias administrativas municipais e estaduais. Reforçam ainda a importância da vacinação, formação de todos os profissionais envolvidos e da educação continuada para que sejam garantidas boas práticas em TAN e seja alcançada uma maior cobertura nacional da TAN.

Materiais que serão produzidos:

1. suplemento com questionários e tabelas de acompanhamento.
2. Suplementos específicos em relação à intervenção fonoaudiológica
3. Suplemento com orientações de intervenção com o Implante coclear
4. Orientações para a intervenção em casos de perdas auditivas condutivas permanentes
5. Elaboração de um protocolo de TAN
6. Campanha educativas
7. Pesquisas com dados de etiologia das perdas auditivas

8. Certificação dos serviços/locais que realizam a Triagem auditiva

O fórum é finalizado às 10:32 horas, no horário de Brasília.

São Paulo, 25 de novembro de 2020.

Prof. Dra. Mabel Gonçalves Almeida

Fonoaudióloga CRFa 90345/t4r